Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão - Curitiba - PR

Relatório da Administração – 2º Semestre e exercício de 2018

Senhores Acionistas,
Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da ***Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos***, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativas ao segundo semestre e ao exercício de 2018.

Cenário Econômico
No ano de 2018, o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) foi de 3,75%, ficando dentro da meta estabelecida pelo Banco Central. Houve pequena redução na taxa básica de juros (Selic), que terminou o ano em 6,5%. Porém, o SPC Brasil estima um total de 62,6 milhões de pessoas físicas negativadas no país, o que representa 41% da população adulta do país.
Para 2019, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 3,85% no ano, a SELIC permanecendo em 6,5% e o PIB com crescimento de 2,48%.
A NEGRESCO continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional
A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, em parceria com seus correspondentes no país.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio líquido
A Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, no semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2018, apurou lucros de R$ 7,91 e 14,28 milhões respectivamente. O Patrimônio líquido encerrou o exercício totalizando R$ 68,2 (milhões).

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital
No primeiro trimestre de 2018, a NEGRESCO aprovou e implementou a estrutura de gerenciamento de risco e de capital, conforme determina a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil. Foi aprovado e está sendo executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios já aprovados pela Diretoria. Os documentos aprovados, no início de 2018, estão sendo continuamente avaliados pelos gestores das áreas, pela Segunda Linha de Defesa e pela Auditoria Interna e alguns já foram atualizados.
Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 22 e no endereço eletrônico http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx.

Considerações Finais
Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da ***NEGRESCO S/A*** sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.
Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 15 de março de 2019.

A Administração

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante		215.605	215.706
Disponibilidades	4	239	84
Aplicações interfinanceiras de liquidez		34.558	11.283
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	34.558	11.283
Operações de crédito	5.a	169.101	193.720
Setor privado		223.802	236.057
Provisão para perdas em operações de crédito		(54.701)	(42.337)
Outros créditos	6	11.453	10.446
Impostos e contribuições a compensar		3.070	1.645
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		5.905	6.621
Diversos		2.494	2.192
Provisão para outros créditos		(16)	(12)
Outros valores e bens		254	173
Despesas antecipadas		254	173
Realizável a longo prazo		9.143	10.753
Operações de crédito	5	5.910	6.050
Setor privado		6.043	6.161
Provisão para perdas em operações de crédito		(133)	(111)
Outros créditos	6	3.233	4.703
Impostos e contribuições a compensar		162	963
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		1.822	2.272
Diversos		1.249	1.468
Permanente		1.351	963
Imobilizado	7	264	432
Outras imobilizações em uso		2.481	2.475
Depreciações acumuladas		(2.217)	(2.043)
Intangível	8	1.087	531
Outros ativos intangíveis		4.727	4.058
Amortizações acumuladas		(3.640)	(3.527)
Total do ativo		226.099	227.422

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante		54.684	61.016
Depósitos	9	-	7.769
Depósito a prazo		-	7.769
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	45.739	35.030
Recursos de aceites cambiais		45.739	35.030
Outras obrigações		8.945	18.217
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		132	152
Sociais e estatutárias		-	2.679
Fiscais e previdenciárias	10	1.831	8.588
Diversas	11	6.982	6.798
Exigível a longo prazo		103.206	93.580
Recursos de aceites e emissão de títulos	9	98.650	88.533
Recursos de aceites cambiais		98.650	88.533
Outras obrigações	12	4.556	5.047
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		4.556	5.047
Patrimônio líquido		68.209	72.826
Capital de domiciliados no País		54.359	54.359
Reserva legal		4.262	3.548
Reserva especial de lucros		9.588	14.919
Total do passivo		226.099	227.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 - *(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto lucro por ação)*

	Nota explicativa	31/12/2018 Segundo Semestre	31/12/2018 Exercício	31/12/2017 Exercício
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito	5	82.020	167.658	163.126
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	866	1.348	1.504
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	9.b	(5.202)	(10.561)	(14.937)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5 d.1	(38.818)	(78.913)	(59.208)
Resultado bruto da intermediação financeira		38.866	79.532	90.485
Receitas (despesas) operacionais		(27.292)	(55.875)	(54.724)
Receita de prestação de serviços	15	2.381	4.798	5.618
Despesas de pessoal	16	(10.351)	(20.397)	(15.474)
Outras despesas administrativas	17	(15.445)	(31.051)	(35.682)
Despesas tributárias	18	(3.861)	(7.820)	(7.434)
Outras receitas operarionais		731	892	370
Outras despesas operacionais	19	(747)	(2.297)	(2.122)
Resultado antes da tributação		11.574	23.657	35.761
Imposto de renda e contribuição social	20	(3.665)	(9.378)	(14.424)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(1.114)	(8.212)	(15.795)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(2.551)	(1.166)	1.371
Lucro líquido do semestre/exercício		7.909	14.279	21.337
Quantidade de ações no fim do período/exercício		54.359.021	54.359.021	54.359.021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período/exercício		145,50	262,68	392,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2018 Segundo semestre	31/12/2018 Exercício	31/12/2017 Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período/exercício	7.909	14.279	21.337
Ajustes ao lucro líquido:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.551	1.166	(1.371)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.114	8.212	15.795
Depreciações e amortizações	244	433	387
Provisão para devedores duvidosos	38.818	78.913	59.208
Apropriação da despesa antecipada	203	367	242
Provisão para riscos cíveis	(123)	590	1.252
Provisão para riscos trabalhistas	283	607	872
Variações em ativos e passivos:			
Aumento nas operações de crédito	(29.771)	(54.154)	(96.477)
Aumento em outros créditos	(2.649)	(703)	(82)
Aumento em despesas antecipadas	(45)	(448)	(368)
Redução em depósitos	(2.378)	(7.769)	(9.740)
Aumento em recursos de aceites cambiais	9.935	20.826	26.927
Redução em cobrança e arrecadações de tributos	(1)	(20)	(3)
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	1.676	1.114	(316)
Redução em credores diversos	(364)	(1.504)	(177)
IR e CS pagos no período/exercício	(4.751)	(16.083)	(9.200)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	22.651	45.826	8.286
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Adições) ao ativo permanente	(807)	(821)	(422)
Caixa líquido adquirido na incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda.	-	-	5.464
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado atividades de investimento	(807)	(821)	5.042
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	-	(17.598)	(3.885)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(3.977)	(3.977)	(2.650)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.977)	(21.575)	(6.535)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.867	23.430	6.793
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício	16.930	11.367	4.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período/exercício	34.797	34.797	11.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 - *(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		32.675	2.482	21.550	-	56.707
Incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda.		4.019	-	-	(24)	3.995
Aumento do Capital Social		17.665		(17.665)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.337	21.337
Constituição de Reserva Legal	14.b	-	1.066	-	(1.066)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(3.885)	(2.679)	(6.564)
Constituição de reserva de lucros		-	-	14.919	(14.919)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	-	-	(2.650)	(2.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		54.359	3.548	14.919	-	72.826
Saldos em 01 de janeiro de 2018		54.359	3.548	14.919	-	72.826
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.279	14.279
Constituição de Reserva Legal	14.b	-	714	-	(714)	-
Distribuição de dividendos	14.c	-	-	(14.919)	-	(14.919)
Constituição de reserva de lucros		-	-	9.588	(9.588)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.c	-	-	-	(3.977)	(3.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		54.359	4.262	9.588	-	68.209
Mutações do exercício		-	714	(5.331)	-	(4.617)
Saldos em 30 de junho de 2018		54.359	3.867	-	6.051	64.277
Lucro líquido do semestre		-	-	-	7.909	7.909
Constituição de Reserva Legal		-	395	-	(395)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	9.588	(9.588)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.c	-	-	-	(3.977)	(3.977)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		54.359	4.262	9.588	-	68.209
Mutações do semestre		-	395	9.588	(6.051)	3.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(valores expressos em milhares de reais - R$, exceto se indicado de outra forma)*

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(valores expressos em milhares de reais - R$, exceto se indicado de outra forma)
1 Contexto operacional
A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.
Em 28 de abril de 2017, houve a incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda. que prestava serviços administrativos à Financeira. O laudo de avalição apurou um ativo total de R$ 9.179, um passivo de R$ 5.160 e um acervo líquido de R$ 4.019 em 31 de março de 2017. Com a incorporação, houve aumento do Capital Social em R$ 4.019, que foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 1º de novembro de 2017.
2 Apresentação das demonstrações financeiras
a. **Base de preparação**
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e de outros regulamentos dessa Instituição.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:
(a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
(b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
(c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
(d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
(e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
(f) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
(g) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
(h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; e
(i) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.
Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.
Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2019.
3 Principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:
a. **Apuração do resultado**
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b. **Ativos e passivos circulantes e a longo prazo**
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
c. **Caixa e equivalentes de caixa**
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.
d. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**
Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e. **Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito**
(i) Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.
Provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R$ 50 mil.
Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	A vencer	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%
E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

"H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.
As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R$50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução CMN nº 2.697/00.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
f. **Ativo imobilizado**
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais:

Vida útil dos ativos (ao ano)	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

De acordo com o CPC 01 - Redução do Valor Recuperável dos Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Não foram identificados evidências de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
g. **Ativo intangível**
O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de"*impairment*".
Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)
É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do semestre.
Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "*impairment*".
h. **Depósitos e captações no mercado aberto**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*"dia.
i. **Recursos de aceites e emissão de títulos**
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*" dia.
j. **Outros ativos e passivos**
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "*pro-rata*" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "*pro-rata*" dia).
k. **Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**
Impostos correntes
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando alíquota de 15% e a partir de setembro de 2015 a dezembro de 2018, à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15%, a partir de janeiro de 2019.
Impostos diferidos
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.
l. **Ativos e passivos contingentes**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
• **Ativos contingentes -** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
• **Passivos contingentes -** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
• **Provisões -** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.
• **Depósitos judiciais -** são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
m. **Estimativas contábeis**
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente..
n. **Lucro por ação**
O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidade	239	84
Aplicações interfinanceiras (DI - não ligadas)	34.558	11.283
Total	34.797	11.367

Estas operações não sofrem alterações significativas no valor em virtude de sua natureza e possuem conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação. As aplicações interfinanceiras estão contratadas com taxa pós-fixada entre 96% e 99,8% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).
A financeira auferiu, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, receitas com aplicações interfinanceiras no montante de R$ 866 e R$ 1.348 respectivamente (R$ 1.504 em 2017).

5 Operações de crédito e provisão para perdas com créditos
a. **Composição da carteira de crédito, por tipo de operação**

	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito:		
Empréstimos	59.243	47.482
Financiamentos	170.602	194.736
Total	229.845	242.218
Provisão para perdas em operações de crédito	(54.834)	(42.448)
Total	**175.011**	**199.770**
Circulante		
Operações de crédito	223.802	236.057
Provisão para perdas em operações de crédito	(54.701)	(42.337)
Total	**169.101**	**193.720**
Não circulante		
Operações de crédito	6.043	6.161
Provisão para perdas em operações de crédito	(133)	(111)
Total	**5.910**	**6.050**

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	31/12/2018		31/12/2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Pessoa física	229.329	99,78%	241.794	99,82%
Outros serviços	488	0,21%	424	0,18%
Comércio	24	0,01%	-	-
Indústria	2	-	-	-
Rural	2	-	-	-
Total	229.845	100,00%	242.218	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	31/12/2018		31/12/2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	55.689	24,23%	45.861	18,94%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	84.688	36,84%	94.979	39,21%
De 90 a 360 dias	83.425	36,30%	95.217	39,31%
Acima de 360 dias	6.043	2,63%	6.161	2,54%
Total	229.845	100,00%	242.218	100,00%

A taxa média praticada no exercício pela financeira foi de 13,38% (13,28% em 2017) ao mês para empréstimo e de 6,13% (6,41% em 2017) ao mês para financiamento. Durante semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, a Financeira auferiu receita com operações de crédito nos montantes de R$ 82.020 e R$ 167.658 respectivamente (R$ 163.126 em 2017).
d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa
d.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de créditos

Descrição	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do início do período	(52.849)	(42.448)	(40.092)
Constituição	(38.818)	(78.913)	(59.208)
Baixa para prejuízo	36.833	66.527	56.852
Saldo final do período	(54.834)	(54.834)	(42.448)
Circulante	(54.701)	(54.701)	(42.337)
Não circulante	(133)	(133)	(111)

Foram recuperados, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, créditos no valor de R$ 4.782 e R$ 8.984 respectivamente (R$ 8.678 em 2017), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de outras receitas operacionais. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve renegociações.
d.2 Composição da carteira por nível de risco
O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas em operações de crédito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:
Posição em 31 de dezembro de 2018

Empréstimo / Financiamento						
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	30.508	107.025	137.533	688
B	Normal	1,00%	3.243	7.979	11.222	112
	Vencido	1,00%	598	1.324	1.922	19
C	Normal	3,00%	2.111	4.402	6.513	195
	Vencido	3,00%	747	1.376	2.123	64
D	Normal	10,00%	1.497	2.937	4.434	443
	Vencido	10,00%	1.014	1.742	2.756	276
E	Normal	30,00%	1.211	2.321	3.532	1.060
	Vencido	30,00%	1.283	2.172	3.455	1.036
F	Normal	50,00%	904	1.799	2.703	1.352
	Vencido	50,00%	1.450	2.540	3.990	1.995
G	Normal	70,00%	734	1.558	2.292	1.605
	Vencido	70,00%	1.601	3.000	4.601	3.220
H	Normal	100,00%	1.617	4.308	5.925	5.925
	Vencido	100,00%	10.725	26.119	36.844	36.844
	Total		59.243	170.602	229.845	54.834

Posição em 31 de dezembro de 2017

Empréstimo / Financiamento						
Nível de Risco	Situação	% de Provisão	Empréstimo	Financiamento	Total	Valor da Provisão
A	Normal	0,50%	26.440	131.112	157.552	787
B	Normal	1,00%	2.755	10.197	12.952	130
	Vencido	1,00%	523	1.769	2.292	23
C	Normal	3,00%	1.974	6.197	8.171	245
	Vencido	3,00%	718	1.894	2.612	79
D	Normal	10,00%	1.279	3.899	5.178	518
	Vencido	10,00%	824	2.128	2.952	295
E	Normal	30,00%	930	2.797	3.727	1.118
	Vencido	30,00%	1.020	2.538	3.558	1.067
F	Normal	50,00%	640	2.100	2.740	1.370
	Vencido	50,00%	1.044	2.850	3.894	1.947
G	Normal	70,00%	449	1.405	1.854	1.297
	Vencido	70,00%	1.017	2.863	3.880	2.716
H	Normal	100,00%	1.010	3.173	4.183	4.183
	Vencido	100,00%	6.859	19.814	26.673	26.673
	Total		47.482	194.736	242.218	42.448

6 Outros créditos

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a compensar (a)	3.232	2.608
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL diferidos (b)	7.727	8.893
Devedores diversos - país (c)	1.821	1.742
Depósitos em garantia (d)	1.249	1.468
Outros (e)	673	450
Provisão para outros créditos	(16)	(12)
Total	14.686	15.149
Circulante	11.453	10.446
Não circulante	3.233	4.703

(a) Referem-se basicamente a: (i) Saldo negativo de IR e CS no montante de R$ 990 (R$ 801 em 2017), (ii) IRPJ e CSLL que incidiram sobre a SELIC aplicada aos créditos de PIS e de COFINS, decorrentes da inconstitucional exigência do artigo 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, cuja decisão favorável foi proferida nos autos de Mandado de Segurança nº 2008.70.00.001426-7/PR, no montante de R$ 2.079 (R$ 1.558 em 2017) e, em setembro de 2018, a Receita Federal reabilitou os créditos que estavam suspensos desde o ano de 2011.
(b) A Negresco registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para perdas em operação de crédito	5.750	6.375
Provisão para riscos cíveis	624	803
Provisão para riscos trabalhistas	1.199	1.469
Outros	154	246
Total	7.727	8.893

Expectativa de realização do crédito tributário
Conforme Resolução 3.059/02, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo Inicial 31/12/2017	Constituição	Utilização / Reversão	Saldo Final 31/12/2018
Imposto de renda				
PCLD	3.542	3.263	(3.211)	3.594
Provisão para contingências	1.262	769	(892)	1.139
Outras provisões	137	409	(450)	97
Créditos Tributários de IRPJ	4.941	4.441	(4.553)	4.830
Contribuição social				
PCLD	2.833	2.610	(3.287)	2.156
Provisão para contingências	1.010	553	(880)	683
Outras provisões	109	231	(282)	58
Créditos Tributários de CSLL	3.952	3.394	(4.449)	2.897
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	8.893	7.835	(9.002)	7.727

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 31 de dezembro de 2018 e 2017, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Diferenças Temporárias	
	2018	2017
2018		6.621
2019	5.904	1.136
2020	608	1.136
2021	608	-
2022 a 2026	607	-
Total	7.727	8.893

O valor presente do crédito tributário é de R$ 6.946 (R$ 7.967 em 2017), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 7,68% (8,4% em 2017) ao ano para os períodos correspondentes.
(a) Referem-se basicamente as cobranças efetuadas por bancos e lojistas cujos valores são creditados no 1º dia útil do mês seguinte.
(j) Referem-se a depósitos em garantia de ações cíveis e trabalhistas.
(k) Referem-se basicamente a adiantamentos de benefícios e de 13º salário.

7 Imobilizado de uso

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso	1.598	(1.411)	187	233
Equipamentos de comunicação	447	(397)	50	59
Outros	436	(409)	27	140
Total	2.481	(2.217)	264	432

8 Intangível

	31/12/2018			31/12/2017
	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Processamento de dados	4.076	(3.085)	991	523
Outros	651	(555)	96	8
Total	4.727	(3.640)	1.087	531

9 Captação de depósitos
a. **Composição por vencimento dos depósitos a prazo e aceites cambiais**

	31/12/2018			
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aceites cambiais	12.100	33.639	98.650	144.389
Circulante				45.739
Não circulante				98.650

	31/12/2017			
	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos a prazo	-	7.769	-	7.769
Aceites cambiais	7.808	27.222	88.533	123.563
Total	7.808	34.991	88.533	131.332
Circulante				42.799
Não circulante				88.533

Os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) foram contratados no país, sendo remunerados a 110% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e os recursos de Aceites Cambiais foram contratados no país, sendo remunerados entre 108% e 130% do CDI.
b. Reconhecimento de despesas de operações de captação no mercado

	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
DPGE	39	253	1.865
Aceites cambiais	5.076	10.096	12.735
Fundo Garantidor de Crédito	87	212	337
Total	5.202	10.561	14.937

10 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda	-	3.181
Contribuição social	-	3.698
COFINS a recolher	536	593
PIS a recolher	87	96
Tributo retido na fonte	822	625
INSS e FGTS a recolher	363	370
Outras	23	25
Total	1.831	8.588

11 Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2018	31/12/2017
Valores financiados a repassar aos lojistas	3.009	2.937
Valores a pagar a prestadores de serviços	894	1.028
Provisão de férias e 13º salário	1.557	1.379
Participação nos lucros e resultado	1.111	750
Outras	411	704
	6.982	6.798

12 Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais
A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou quando constitui uma obrigação legal. Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram constituídos em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas e referem-se a ações cíveis indenizatórias e ações trabalhistas.
a. Saldos patrimoniais das provisões para riscos e obrigações legais por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Contingência cível (c)	1.559	1.784
Contingência trabalhista (d)	2.997	3.263
Total	4.556	5.047

b. Movimentação dos passivos contingentes

Movimentações das contingências	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2017	1.362	-	1.362
Adição pela incorporação da Crediparaná	-	3.346	3.346
Adições	1.778	872	2.650
Reversão	(526)	-	(526)
Pagamento	(830)	(955)	(1.785)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	**1.784**	**3.263**	**5.047**
Saldo final em 30 de junho de 2018	2.140	3.395	5.535
Adições	516	737	1.253
Reversão	(639)	(454)	(1.093)
Pagamento	(458)	(681)	(1.139)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	**1.559**	**2.997**	**4.556**
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	1.784	3.263	5.047
Adições	1.762	1.317	3.079
Reversão	(1.172)	(710)	(1.882)
Pagamento	(815)	(873)	(1.688)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	**1.559**	**2.997**	**4.556**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

c. Processos cíveis classificados como possíveis
A Financeira é parte em 73 processos cíveis (144 em 2017) classificados como risco de perda possível pela Administração e seus assessores jurídicos no montante de R$ 697 (R$ 554 em 2017). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.
Os referidos processos cíveis referem-se a reclamações de clientes quanto a parcelas pagas e não baixadas, a taxas de juros aplicadas e contratos não existentes.
d. Processos trabalhistas classificados como possíveis
A Financeira é parte em 14 processos trabalhistas (17 em 2017) classificados como risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Financeira com valores de causa no montante de R$ 1.414 (R$ 951 em 2017 devido à incorporação da Crediparaná). O desfecho desses processos é incerto e depende de eventos futuros que não estão sob o controle da Financeira. Devido a estarem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.
e. **Contingência fiscal**
A Financeira, sucessora por incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., é parte em auto de infração movido pela Prefeitura Municipal de Maringá, sobre enquadramento de serviços prestados no códigos 01.03, 10.09 e 15.05 cujas alíquotas são de 3%, 2% e 5%, respectivamente. Pelo auto de infração, há a reclassificação dos códigos 10.09 e 01.03 para os códigos 10.02 e 15.05, respectivamente. O montante do auto de infração é de R$ 572 (R$ 572 em 2017).
Da mesma maneira, a Prefeitura Municipal de Pontra Grossa elaborou auto de infração com objetivo de cobrar todo o ISS pela alíquota de 5%. O montante do auto de infração é de R$ 122 (sem valor em 2017).
O escritório jurídico, contratado pela Financeira, entende que os processos não se tratam de uma obrigação legal, foram classificados corretamente nos respectivos códigos e possuem risco de perda *possível*.

13 Transações com partes relacionadas
Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas
As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

		31/12/2018			31/12/2017	
			Receita / (despesa)			
Descrição	Nota	Ativo / (passivo)	Semestre	Exercício	Ativo / (passivo)	Receita / (despesa) Exercício
Recursos de aceites cambiais		(69.476)	(2.453)	(4.722)	(47.318)	(4.984)
Pessoa física		(45.526)	(1.569)	(3.021)	(26.121)	(2.733)
Pessoa jurídica		(23.950)	(884)	(1.701)	(21.197)	(2.251)
Prestação de Serviços:		-	-	-	-	(5.448)
Crediparaná Serviços Financeiros Ltda	(a)	-	-	-	-	(5.448)
Remuneração da administração		-	(5.155)	(6.323)	-	(4.543)
Despesas com Remuneração dos Administradores		-	(1.178)	(2.346)	-	(1.893)
Juros sobre o capital próprio		-	(3.977)	(3.977)	-	(2.650)

(a) Contrato de prestação de serviços de correspondente e serviços contábeis e de controladoria, com prazo de vencimento indeterminado (vigência finda com a incorporação da Crediparaná pela Financeira). O valor é determinado com base no volume de operações contratadas no mês multiplicado por um valor unitário definido e o volume total da carteira de crédito multiplicado por um segundo valor unitário definido.

14 Patrimônio líquido
a. **Capital social**
O capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País é de R$ 54.359 (R$ 54.359 em 2017), representado por 54.359.021 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e vinte uma) ações nominativas, sem valor nominal.
As ações estão distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R$	Participação
Orlando Otto Kaesemodel Filho	53.627.381	53.627	98,66%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	365.820	366	0,67%
Guilherme Slaviero Kaesemodel	365.820	366	0,67%
Total	54.359.021	54.359	100,00%

b. **Reserva legal**
Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício de 2018, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R$ 714 (R$ 1.066 em 2017).
w. **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**
Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante com o art. 3º da Circular nº2,739 de 19 de fevereiro de 1998, do Banco Central do Brasil.

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado do exercício	**14.279**	**21.337**
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(714)	(1.066)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	13.565	20.271
Dividendos obrigatórios (25%)	3.392	5.068
Dividendos adicionais propostos (a)	14.919	3.885
Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios (c)	**3.380**	**2.252**
Bruto	3.977	2.650
Imposto de renda	(597)	(398)
Dividendos e juros sobre capital próprio destacados e pagos	**18.896**	**9.237**

(a) Em Reunião de Diretoria realizada em 29 de janeiro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 14.919.
(a) Em janeiro de 2018, a Financeira realizou pagamento de dividendos no montante de R$ 510 e, em fevereiro de 2018, no montante de R$ 17.088 que foram convertidos em Letra de Câmbio.
(b) Em dezembro de 2018, a Financeira aprovou o pagamento de R$ 3.977 de juros sobre o capital próprio que foram convertidos em letra de câmbio para os acionistas.
(c) Em ata de Reunião de Diretoria de 24 de janeiro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 9.588.

15 Receita de prestação de serviços
No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito e o montante foi de R$ 2.381 e R$ 4.798 respectivamente (R$ 5.618 em 2017).

16 Despesas de Pessoal

	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Pro-labore	701	1.400	1.010
Proventos (a)	5.101	10.096	8.329
Participação nos lucros e resultados	567	1.168	774
Benefícios (a)	2.076	3.945	2.569
Encargos sociais (a)	1.894	3.750	2.771
Treinamentos	12	38	21
Total	**10.351**	**20.397**	**15.474**

(a) O aumento refere-se basicamente à incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros em abril de 2017.

17 Outras despesas administrativas

	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Comunicação	489	967	1.043
Processamento de dados	422	785	727
Serviços dos sistemas financeiros	1.219	2.494	2.157
Serviços de terceiros	7.326	14.851	19.543
Serasa/Associação Comercial	950	2.110	2.211
Técnicos especializados	3.978	7.964	7.576
Outros	1.061	1.880	2.425
Total	**15.445**	**31.051**	**35.682**

18 Despesas tributárias

	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	3.170	6.422	6.048
PIS	515	1.044	983
ISS	120	242	286
Outros	56	112	117
Total	**3.861**	**7.820**	**7.434**

19 Outras despesas operacionais

	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Processos Cíveis e Trabalhistas	160	1.197	1.134
Depreciação e amortização	244	433	387
Outros	343	667	601
Total	**747**	**2.297**	**2.122**

20 Imposto de renda e contribuição social
a. **Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Impostos correntes:			
Imposto de renda	485	4.423	8.675
Contribuição social	629	3.789	7.120
Total	1.114	8.212	15.795
Impostos Diferidos			
Imposto de renda	1.034	112	(557)
Contribuição social	1.517	1.054	(814)
Total	2.551	1.166	(1.371)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.665	9.378	14.424

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	11.577	23.660	35.761
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (45%)	(5.210)	(10.647)	(16.092)
(Adições) exclusões permanentes:			
Juros sobre o capital próprio	1.790	1.790	1.193
Outras adições permanentes	(93)	(106)	(115)
Outras exclusões permanentes	234	234	-
Imposto de Renda e CSLSL ajustados pelas diferenças permanentes	(3.279)	(8.729)	(15.014)
Diferença de alíquota de CS das provisões trabalhistas incorporadas	-	-	368
Diferença de alíquota de CS das diferenças temporárias	(689)	(965)	-
Incentivos fiscais (doações/patrocínios/PAT)	289	289	200
Outros	14	27	22
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(3.665)	(9.378)	(14.424)

21 Instrumentos financeiros derivativos
A Financeira não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

22 Gerenciamento de riscos
A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.
Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.
Risco de crédito
Risco de Credito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados.
A Financeira mantém manuais de estratégias e políticas de crédito que estabelecem normas e padrões a serem observados no processo de concessão e gestão de crédito. A liberação do crédito é aprovada somente após a análise do Departamento de Crédito, conforme estabelecido na Política de Crédito da instituição. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de crédito da instituição é um processo contínuo de controle nas análises desde a concessão de crédito para as operações efetuadas até a sua liquidação.
A Financeira dispõe do mapeamento do processo de crédito, com a identificação dos riscos e responsáveis, bem como dos controles-chave mitigatórios e a avaliação de probabilidade e impacto dos riscos via utilização de Matriz de Risco.
A Financeira mantém níveis de provisionamento adequados em observância à Resolução nº 2.682 e não aceita níveis de concentração relevante para o risco de crédito por cliente.
Risco operacional.
Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Também questões legais associadas à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.
O risco operacional da Financeira compreende as categorias a seguir:
• **Processos e operações;**
• Segurança da informação;
• Pessoas;
• Tecnologia;
• Fraudes;
• Legal; e
• Reputacional.
O limite de apetite para cada categoria do risco operacional foi estabelecido pela Administração por meio da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Financeira, o qual é periodicamente monitorado pela Diretoria.
Risco de liquidez
É definido como a possibilidade da Financeira não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica, com base em fluxos de caixa projetados e informações contábeis e gerenciais.
Risco de mercado
Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.
A Financeira não possui instrumentos classificados na carteira de negociação.
O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx.

23 Patrimônio de referência exigido
As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 9,25%, de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, e de 8.625%, de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de referência	68.113	72.822
RWAopad (Risco Operacional)	21.377	19.657
RWAcpad (Risco de Crédito)	17.294	20.275
RWAmpad (Risco de Mercado)	-	2.045
Total de parcela	38.671	41.977
Suficiência (insuficiência) de capital	29.442	30.845
Índice de Basileia BACEN	15.19	16,05
Razão mínima (Basileia / Bacen)	8,625	9,25

24 Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.
Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

* * *

Diretoria
Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente
Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente
Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro
Jose Gilberto Beal - Diretor Contabilidade, Gerenciamento de Risco e Capital
Sergio Shozi Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável
José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela Administração da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 15 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7
Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0